



ALTO
TIETÊ

MEMÓRIA DA 5ª REUNIÃO DA CTGI CONJUNTA COM AS DEMAIS CÂMARAS TÉCNICAS: CTEA, CTPA, CTMH e CTAS - GESTÃO 2023-2025		
DATA: 01/08/2023	HORÁRIO: 09h00	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Laura Stela	CETESB	CTGI
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Lilian Barrela	CETESB	CTMH e CTPA
Josué Barranco	DAEE	CTGI e CTMH
Rodrigo Ferraz	SABESP	CTMH e CTPA
Gerson Salviano Almeida	IPT	CTGI e CTMH
José Luiz Albuquerque	IPT	CTAS, CTGI e CTPA
Paulo Alberto Ugolini	Centro de Vigilância Sanitária	CTAS
Priscila Barreto	SABESP	CTPA
Ivan Shirahama	PM de São Paulo	CTGI
Rosélia Mikie Ikeda	PM de São Paulo	CTPA
Sérgio Luis Marçon	PM de São Bernardo do Campo	CTPA
Natacha Nakamura	PM de Suzano	CTGI
Allan Santos de Oliveira	PM de Suzano	CTEA
Bruna Santos de Araujo	PM de Itaquaquecetuba	CTMH
Nelson Maganhoto	PM de Francisco Morato	CTEA
Cátia Macagnan	PM de Mairiporã	CTEA
Elaine Colin	PM de Santo André	CTEA
Raquel do Prado	PM de Biritiba Mirim	CTPA
Renata Moreira	UFABC	CTMH
Melissa Graciosa	UFABC	CTGI e CTMH
Camila C. Arantes	UFABC	CTGI e CTAS
Juliana Vida Cassiano	Sistema de Água Esgoto e Saneamento Ambiental de São Caetano do Sul	CTMH
Virgílio Alcides de Faria	Movimento em defesa da vida	CTPA
CONVIDADOS		
Nome	Entidade	
Beatriz Vilera	FABHAT	
Larissa Silva	FABHAT	
Fernanda Fabretti	FABHAT	
Sandra Teixeira Malvese	Consórcio Grande ABC	
Lívia Rosseto	Consórcio Grande ABC	
Yasmim	SBC	
Thalita Barttocz de Assis	UFABC	
Douglas Batista	PM de Salesópolis	
Christiane Brito	SMA São Bernardo do Campo	
Mara Akie Iritani	IPA	

Thaís	PM de Mairiporã
Alexandre Muselli Barbosa	
Francisco Negri	
Aline	
Caynã Araujo	
Rosangela Amaral	
Fernando	
Leandro	

1. Abertura

Laura Stela, coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h10 com a apresentação da pauta a seguir:

- Aprovação das memórias das reuniões anteriores;
- Discussão sobre a análise dos projetos 6, 11, 12 e 13.

As memórias da 3ª e 4ª reuniões foram aprovadas, sem considerações.

Informa que o primeiro projeto apresentado será o nº 12, pois Melissa Graciosa, vice-presidente do comitê, é a analista responsável pela apresentação e terá que sair às 10h00 devido a compromisso profissional.

Reforça que os tomadores presentes não podem se manifestar a não ser que seja solicitado pelas câmaras.

2. Apresentações

Projeto 12 – Consórcio Intermunicipal Grande ABC – Revisão do plano regional de macro e microdrenagem da região do Grande ABC

Analistas: Bruna Santos de Araujo (PM Itaquaquecetuba) e Melissa Graciosa (UFABC)

Apresentação: Melissa Graciosa (UFABC)

Antes de iniciar a apresentação Melissa ressalta a importância da participação de representantes do Estado nas análises dos projetos.

Principais observações referentes ao projeto:

Apresentar antecedentes de estudos e projetos de drenagem realizados pelo Consórcio; retirar os dois municípios que se desligaram da lista de integrantes e esclarecer como se dará integração sem a participação desses municípios; justificar no âmbito do PDMAT a inserção de um plano regional, justificar a revisão do diagnóstico quantitativo baseado em modelagem hidrológico-hidrodinâmica, informando o que foi alterado nas bacias que justifica a revisão do diagnóstico; incluir no item diagnóstico e justificativa o tema “levantamento atualizado das ações estruturais e medidas mitigatórias” que foi apresentado como objetivo específico; retirar a modelagem hidrológico-hidrodinâmica dos objetivos, pois ela é uma ferramenta de diagnóstico; reescrever o objetivo específico “elaboração de um estudo de alternativas”, de forma que ele apresente a proposição de medidas para contemplar o diagnóstico, considere as especificidades da região para disponibilidade de áreas, viabilidade econômica, questões

ambientais, sociais, etc.; definir como objetivo específico a elaboração de anteprojetos com respectivos orçamentos e plano de implantação; melhorar a resolução dos mapas apresentados e especificar a área de escopo do projeto, destacando suas bacias hidrográficas e suas principais características; adequar a população atingida, informando a população que será diretamente beneficiada com a execução do projeto; complementar o item metodologia, recomenda-se utilizar o modelo proposto pela FABHAT para elaboração de Plano Municipal de Drenagem, adequando onde pertinente; o tomador deve encaminhar documentos que comprovem as parcerias citadas no TR, a sugestão feita pelos analistas é que, ao invés de mencionar os municípios como parcerias, seja constituído um grupo de acompanhamento técnico (GAT), que pode ser a mesma formação do GT Drenagem e mencione no TR que esse grupo será responsável por acompanhar a execução, validar produtos, etc.; também é preciso reavaliar o prazo para execução do projeto tendo em vista as atividades propostas.

Encaminhamento: necessita de complementações para validação dos analistas.

Laura corrobora fala de Melissa sobre a participação dos entes do estado na análise dos projetos.

José Luiz (IPT) sugere o envio de um comunicado sobre o tema para os responsáveis de cada entidade representante do estado, com o intuito de estimular a participação no comitê.

Gerson (IPT) informa que os representantes dos órgãos e entidades no Comitê podem indicar outros funcionários da instituição para contribuir com a análise. Quanto ao projeto apresentado, faz os seguintes apontamentos: tomador deve detalhar como será feito o cadastramento de micro e macrodrenagem e sugere que seja elaborada uma tabela com as ações previstas por município; na área de estudo é preciso especificar as informações por município; deixar claro o que significa o termo “área de risco” usado no TR; apresentar na equipe técnica do consórcio um engenheiro civil; detalhar os profissionais na área de interesse; e exigir da empresa contratada o acervo técnico.

Laura ressalta a importância de o tomador detalhar como será dada a questão entre os municípios que não fazem mais parte do consórcio.

Beatriz ressalta que sobre a realização do cadastro da rede de macro e/ou microdrenagem, apesar de a ação ter sido citada no TR, não foi descrita na planilha de orçamento, informa também que na planilha há previsão de gastos em torno de 900 mil reais para monitoramento com drones e que esse serviço deve estar detalhado na metodologia e justificado. Os mapeamentos existentes da EMPLASA, IGC não são suficientes? Tomador deve justificar a real necessidade, pois este detalhamento não aparece no TR.

Projeto 6 – PM de São Bernardo do Campo – Contratação de consultoria especializada para elaboração do plano de manejo do Parque Natural Municipal Estoril – Virgílio Simionato

Analistas: Josué Barranco (DAEE), Elaine Cristina da Silva (Semasa) e Carla Geanfrancisco (APGAM).

Apresentação: Elaine Cristina da Silva (Semasa)

Principais pontos apresentados:

Não precisa constar no título “contratação de consultoria especializada para”; é necessário detalhar a justificativa, informando as obrigações previstas nas legislações sobre a necessidade da elaboração do plano de manejo e discorrer sobre o histórico da UC; deve informar sobre como se dará o engajamento social na atualidade e sua relação com o futuro plano, corroborando com a justificativa, tendo em vista a importância da participação social; corrigir o enquadramento do projeto para PDC 1 e subPDC 1.2; apresentar os benefícios mensuráveis, como por exemplo: o Plano de Manejo permite uma caracterização da área da UC e seu zoneamento, algumas etapas incluem participação social, poderiam indicar o envolvimento da comunidade local nas etapas participativas do estudo, criação de programas de manejo envolvendo educação ambiental, uso público, etc.; adequar o objetivo; rever os objetivos específicos; apresentar shapefile da delimitação do parque; atualizar o número de habitantes de São Bernardo conforme o último censo; desenvolver melhor a metodologia, detalhando as etapas citadas no TR; adequar equipe técnica, rever as metas, citando índices quantitativos.

Beatriz complementa que é preciso ajustar a planilha de orçamento, pois tomador apresentou como contrapartida "Elaboração do TR" e "Licitação e contratação". Entretanto, o valor de contrapartida deve ser empregado em atividades executadas a partir da fase de execução do empreendimento, além disso é preciso detalhar os itens apresentados. Sugere que após complementações o projeto seja avaliado pelos analistas e caso haja necessidade seja submetido novamente às câmaras. Demais participantes concordam.

Encaminhamento: necessita de complementações para validação dos analistas.

Projeto 11 – Consórcio Intermunicipal Grande ABC - Revisão dos planos municipais de redução de riscos para os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra

Analistas: Melissa Graciosa (UFABC)

Apresentação: Beatriz Vilera (FABHAT)

Quanto à análise do projeto, Beatriz informa que o projeto foi enquadrado pelo tomador no PDC 1, tendo como ação "Identificação das áreas de potencial à produção de sedimentos e planejar um programa de monitoramento hidrossedimentométrico". Porém o projeto objetiva revisão dos planos municipais de redução de riscos e não já ação financiável no PAPI 2022-2023 com esta finalidade, o que inviabiliza a execução do projeto.

Encaminhamento: inabilitado

Devido à importância do tema, foi sugerido por Gerson do IPT e acatado por outros representantes, a inclusão de uma ação no PAPI 2024-2027 nesta temática. Foi também ressaltado a importância de as entidades participarem da discussão e elaboração do Relatório de Situação, bem como do planejamento para o próximo quadriênio.

Projeto 13 – Instituto de Pesquisas Ambientais – Avaliação da qualidade e da dinâmica de nascentes localizadas em bacias preservadas para subsídio da revisão de plano de manejo do Parque Estadual Fontes do Ipiranga – PEFI, São Paulo - SP

Analistas: Lilian Barreira (CETESB), José Luiz (IPT), Leandro de Almeida Amélio (PM de Itaquaquecetuba), Paula Ciminelli (UFABC) e Claudio Benedito Baptista Leite (UNIFESP)

Apresentação: José Luiz (IPT)

Principais pontos apresentados:

No item diagnóstico e justificativa o tomador deveria apresentar o que o plano de manejo estabelece para a conservação e proteção do parque, explicar como os resultados serão utilizados na revisão, informar qual a previsão para realização do plano de manejo, de quem será a responsabilidade pela execução e como o IPA será envolvido na execução do projeto; rever o item população atendida, pois o empreendimento em questão não possibilita quantificar qual o número exato da população efetivamente beneficiada; no item metodologia o tomador deveria esclarecer o envolvimento do DAEE quanto a reativação dos postos de monitoramento hidrológico que eram operados pelo órgão em questão e detalhar qual será a entidade que assumirá a responsabilidade pela continuidade do monitoramento proposto.

O objetivo do projeto é o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do PEFI visando fornecer subsídios para a revisão do plano de manejo do Parque Estadual futuramente. Neste momento não será elaborado ou revisado um plano de manejo, o que inviabiliza o projeto, pois a ação não é financiável por não estar prevista no PAPI 2022-2023.

José Luiz (IPT) questiona se não poderia enquadrar o projeto na ação de rede de monitoramento. Entretanto, após discussões entre os participantes e respostas do tomador IPA sobre atribuições do Instituto e atividades, o entendimento é de que o projeto também não pode ser enquadrado como subpdc 2.5 – rede de monitoramento, pois não implantará nova rede ou aprimorará alguma rede existente. A proposta é um monitoramento pontual no PEFI.

Encaminhamento: Inabilitado.

Camila questiona já foram definidos os prazos e o cronograma de trabalho para elaboração do PA/PI 2024/2027. Beatriz informa que o prazo é até outubro de 2023, que ainda não há cronograma definido, mas que em breve será encaminhado aos membros das câmaras.

Laura informa que na próxima reunião serão analisados os projetos 14, 15, 16 e 17.

Próxima reunião ficou agendada para 03/08/23 às 09h00.

A reunião foi encerrada às 12h10.